

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº , de 2017

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Audiência Pública para instruir discutir a redelimitação do Parque Nacional do Rio Novo e da Flona Jamanxim e a criação da Área de Proteção Ambiental do Jamanxim.

Senhores Deputados,

Requeiro, nos termos do art. 255, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com os convidados indicados abaixo, para debater a redefinição dos limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Flona Jamanxim e a criação da Área de Proteção Ambiental do Jamanxim.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Representante do Ministério Público Federal do Pará – MPF/PA;
- Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMA/PA;
- Prefeito do Município de Novo Progresso, no estado do Pará;
- Representante da Associação dos Produtores Rurais do Vale do Garça;
- Representante da Associação dos Produtores Rurais Gleba Imbaúba e Gorotire;

- Representante da Cooperativa Mista Agro Extrativista do Caracol-COOPAMCOL;
- Representante do ISA – Instituto Socioambiental.

Justificativa

A Medida Provisória nº 756/2016 amplia os limites do Parque Nacional do Rio Novo, reduz a área da Floresta Nacional do Jamanxin, recategorizando parte de sua extensão em Parque Nacional e outra parte em Área de Proteção Ambiental, e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxin. De acordo com a Lei 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os Parques Nacionais são unidades de proteção integral, enquanto as Florestas Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental são áreas que permitem o uso sustentável dos seus recursos.

O debate faz-se importante em virtude do conflito de interesses entre os diversos grupos impactados por esta medida provisória. De ambientalistas a produtores rurais, passando por interessados nos recursos auríferos presentes na região, são muitos os interessados na redefinição das áreas e da recategorização de tipos de unidade de conservação.

Nestes termos, e com o objetivo de proporcionar um amplo e produtivo debate acerca do assunto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovarmos esse requerimento.

Sala da Comissão, de abril de 2017.

**Dep. Arnaldo Jordy
PPS – PA**

